

DIÁRIO DE NOTÍCIAS		COMÉRCIO DO PORTO	
SÉCULO		DIÁRIO POPULAR	
JORNAL DO COMÉRCIO		DIÁRIO DE LISBOA	
PRIMEIRO DE JANEIRO		CAPITAL	
JORNAL DE NOTÍCIAS		REPÚBLICA	18. OUT. 1974

Refugiados políticos antifascistas pretendem encontrar trabalho nas antigas colónias portuguesas

— revelou Stella Piteira Santos, da Comissão Nacional de Apoio aos Refugiados Antifascistas

Entrevista conduzida por HELENA MARQUES

Até 25 de Abril, Portugal «fornecia» ao mundo livre milhares de refugiados políticos, expulsos do país pela prepotência e arbitrariedade fascistas, ou fugidos das masmorras da PIDE/DGS, em escaladas de perigo e audácia, sob uma magnífica e nunca desmentida protecção popular.

Depois de 25 de Abril, Portugal renovado, reabilitado e finalmente livre tornou-se, por sua vez, país de acolhimento para as vítimas de outros regimes fascistas. E naturalmente, humanamente, foram os antigos refugiados políticos portugueses quem, com auxílio de amigos democratas, se constituiu em Comissão Nacional de Apoio aos Refugiados Políticos Antifascistas.

A comissão nasceu há cerca de dois meses. Tem sede provisória na Rua Castilho, 32-1.º, em Lisboa (Telef. 5 91 84/5). O secretariado funciona às terças e quintas-feiras, das 17 às 20 horas. Dela fazem parte, Rui Luís Gomes, Maria Stella Piteira Santos, Fernanda Lopes Cardoso, Fernando Piteira Santos, Henrique de Barros, Lúfa de Barros, Maria Barro-

so, António Macedo, Lino Neto, Maria Eugénia Varela Gomes, Nuno Teófilo Pereira e muitos outros, que procuram auxílio e cooperação, de qualquer espécie — e também financeira — a todos os democratas portugueses.

SOMOS UMA COMISSÃO HUMANITÁRIA. MAS SOMOS PRINCIPALMENTE UMA COMISSÃO ANTIFASCISTA

Maria Stella Piteira Santos, que procurámos ontem à tarde, fala-nos dos objectivos e do trabalho da Comissão:

— Somos uma comissão humanitária, mas não só. Somos principalmente uma comissão antifascista. O nosso trabalho é uma forma de luta. Muitas de nós fomos refugiados políticos em vários países. Compreendemos, por isso, muito bem, o que significa para um refugiado a solidariedade internacional.

— De quantos refugiados se

ocupa actualmente a comissão?

— Cerca de 30. E temos recebido inúmeras cartas com pedidos de informação e auxílio. Esses 30 refugiados são quase todos latino-americanos que se encontravam no Chile no momento da queda do governo de Unidade Popular de Salvador Allende. Acolheram-se, então, a diversas embaixadas em Santiago. Mais tarde transitaram para Argentina, donde vieram agora para Portugal. São brasileiros, chilenos, bolivianos, etc. Há casais, há duas mulheres grávidas, há crianças (2, 6 e 10 anos), há celibatários. Precisam de tudo, mas principalmente de trabalho e amizade.

A SOLIDARIEDADE DEMOCRÁTICA

— Como actua a Comissão?

— A Comissão propõe-se três objectivos básicos: acolher os refugiados políticos antifascistas, alojá-los e arranjar-lhes trabalho.

— Muitas dificuldades?

— A dificuldade inicial foi o

alojamento. Mas tudo se resolveu com a boa-vontade de todos. Alguns democratas instalaram refugiados em suas próprias casas. As religiosas do Mosteiro de Sasseiros colaboraram esplendidamente, cobrando um preço irrisório pela hospedagem de algumas refugiadas. Presentemente, a grande maioria encontra-se na FNAT, na Costa da Caparica.

— E o trabalho?

— Como refugiada que fui, durante doze anos, sei perfeitamente que o principal não é receber auxílio, mas é sentirmo-nos integrados no país que nos acolheu. Ora, o trabalho é essencial para essa integração e é fundamental para que o refugiado se sinta a si próprio e não se sinta na dependência dos outros.

Os refugiados que se encontram actualmente em Portugal, são quase todos indivíduos com formação universitária. Muitos deles estão interessados em encontrar trabalho nas nossas antigas colónias. A Comissão vai promover diligências nesse sentido, contactando nomeadamente a Guiné-Bissau. Entretanto, já arranámos trabalho em Lisboa, para dois refugiados. Pretendemos, agora, tratar da escolarização das crianças (queríamos, também, arranjar-lhes brinquedos!) e da assistência às grávidas.

CONVENÇÃO DE GENEBRA: PORTUGAL NUNCA ASSINOU O PROTOCOLO

Embora Portugal tenha participado na Convenção de Genebra, nunca assinou o protocolo que estabeleceu o Estatuto dos Refugiados. Nesse sentido, e porque espera muitos mais refugiados, a C. N. A. R. A. F. já estabeleceu contactos com o Ministério dos Negócios Estrangeiros, onde obteve o



Mais do que uma comissão humanitária, a Comissão de Apoio aos Refugiados Políticos Antifascistas é uma forma de luta contra o fascismo — declarou-nos Maria Stella Piteira Santos.

melhor acolhimento. De resto, o ministro Mário Soares já referiu publicamente que estava a ser considerado o Estatuto dos Refugiados. Na realidade, enquanto Portugal não aderir à Convenção de Genebra, os refugiados políticos não poderão dispor de documentação legal. Os refugiados que se encontram actualmente em Portugal, vêm munidos de passaportes passados pelo Comissariado para os Refugiados da ONU.

A terminar a entrevista, «República» perguntou a Maria Stella Piteira Santos quais tinham sido o aspecto mais positivo e o mais negativo da

sua longa experiência de exilada.

Responde-nos:

— O mais positivo foi, sem dúvida, o acolhimento do governo de Argel. Trabalhei 12 anos no Ministério do Turismo. Como eu, quase todos os anti-colonialistas portugueses refugiados na Argélia — e éramos muitos — fomos tratados sem a menor discriminação. Foi adoptada pela Argélia e adoptei a Argélia, no meu coração, como meu segundo país. O mais duro, no exílio, foi estar separada de Portugal, da família, dos amigos e, até, dos próprios desconhecidos...